

NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO TERCEIRO SETOR DAS ENTIDADES CADASTRADAS NO ESTADO DO PARANÁ

Amanda Aparecida Camargo Alves

Universidade Tuiuti do Paraná – UTP
nanda_camargoalves@hotmail.com

Lorena Pavani da Silveira

Universidade Tuiuti do Paraná – UTP
E-mail: lorenapavani22@gmail.com

Wagner Murilo Bora Gonçalves

Universidade Tuiuti do Paraná – UTP
wagnermuriloboragoncalves@gmail.com

Daiane Lolatto

Universidade Tuiuti do Paraná – UTP
Daiane.lolatto@gmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa consiste em verificar o nível de divulgação das informações contábeis no terceiro setor no período de 2014 a 2018, das entidades cadastradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos por meio dos sites das 10 instituições do segmento ambiental. As publicações das demonstrações contábeis, conforme disposto no CPC 26 R1, são extremamente importantes para essas empresas sem fins lucrativos para conseguir aportes junto a novos doadores. Os resultados da pesquisa mostram que o nível médio de evidenciação das entidades participantes foi de 12,33%. Este resultado pode caracterizar a falta de interesse por estas entidades, uma vez que, em sua maioria não recebem incentivos do governo.

Palavras-chave: evidenciação; terceiro setor; ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O Estado possui deficiências em atender as demandas da comunidade e tenta sanar com a terceirização dos serviços. Assim, surgem as entidades do terceiro setor abrangendo fornecimento de serviços voltados as necessidades básicas da população tais como: saúde, educação, preservação do meio ambiente, entre outros.

O terceiro setor é compreendido por empresas de iniciativa privada e sem fins lucrativos, financiadas em sua maioria pelo governo e/ou empresas do setor privado (Silveira & Borba, 2010). Dentre as atividades subsidiadas, o ramo ambiental é um meio importante para o desenvolvimento da educação, promovendo a formação dos grupos socioambientais responsáveis (Barbieri, 2006).

Essa conscientização da sociedade vem crescendo constantemente e, com ela o interesse das empresas em ampliar seus negócios sem prejudicar o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações. Neste contexto, as entidades buscam estratégias e ações que

minimizem o impacto gerado pelas ações humanas antes mesmo da criação da legislação regulatória (Magalhães, Milani, Siqueira & Aguiar, 2006).

O segmento desperta grande interesse do setor público, uma vez que ainda não existem leis rígidas e fiscalizações efetivas. Por este motivo, há um crescente investimento do Estado para o funcionamento destas organizações que, por sua vez, auxiliam na fiscalização efetiva e na disseminação da responsabilidade ambiental.

Considerando o investimento realizado por empresas do setor privado e principalmente pelo governo, o nível de transparência é fundamental para que as entidades do terceiro setor obtenham mais recursos para realização das suas atividades e prestação de contas a comunidade.

Neste contexto a questão problema consiste em: **Qual o nível de divulgação das informações contábeis no terceiro setor das entidades ambientais cadastradas no Estado do Paraná no período de 2014 a 2018?** Desta forma, o objetivo do estudo é verificar o nível de divulgação das informações contábeis no terceiro setor de entidades ambientais cadastradas no Estado do Paraná no período de 2014 a 2018.

A finalidade da pesquisa consiste em demonstrar a transparência das entidades do terceiro setor que estão cadastradas no Estado do Paraná. As publicações das demonstrações contábeis são extremamente importantes para essas empresas sem fins lucrativos manterem-se regulares rem razão de fiscalizações e conseguirem financiamentos junto ao Estado quando necessário.

A presente seção apresentou a contextualização do tema a ser pesquisado. Na segunda seção será realizada a fundamentação teórica para a aplicação prática por meio da metodologia a ser estabelecida na terceira seção. A análise dos dados estará disposta na seção quatro. E, por fim, na última seção serão apresentados os resultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresenta-se a fundamentação teórica para discussão dos dados e conclusão da questão proposta.

2.1. Terceiro Setor

Segundo Weisbrod (1998) o termo “terceiro setor” foi extraído da ideia da economia neoclássica, em que há a subdivisão de três setores conforme o objetivo econômico. O primeiro é composto pelo Estado que tem a finalidade de atender demandas públicas e sociais da população. O segundo setor é composto por organizações privadas que buscam gerar lucros por meio de suas atividades de troca de bens ou serviços. Quanto ao terceiro setor, pode-se dizer que são entidades com finalidades sociais que não visam lucros e tem como objetivo principal atuar em prol do bem comum da comunidade e da cidadania.

As entidades do terceiro setor podem ser denominadas como entidades sociais, filantrópicas, benemerência, organizações sociais civis, associações ou fundações. Estas instituições procuram resolver problemas sociais ligados diretamente às necessidades básicas humanas como saúde, esporte, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente entre outros, os quais o Estado não consegue atender a demanda da sociedade. Para realização das ações sociais, as Organizações Não Governamentais, popularmente conhecidas como ONGs recebem recursos através de doações do setor privado, do governo e da própria comunidade (Cunha & Matias-Pereira, 2012; Piza, Parisi, Megliorini & Gallo, 2012).

O último estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativo ao ano de 2010 foi realizado em 2012, apontava a existência de aproximadamente 290,7 mil de fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Destas, 28,5% voltadas predominantemente à religião, 15,5% associações patronais e profissionais, 14,6% ao desenvolvimento de direitos e 0,8% entidades relacionadas à preservação do meio ambiente.

A pesquisa realizada por Marques, Merlo e Nagano (2005) avaliou a legitimidade das ONGs por meio de entrevistas em duas entidades do Estado de São Paulo, escolhidas por desenvolverem trabalhos de impacto regional no âmbito ambiental. Nesta pesquisa, verificou-se fatores que caracterizam a legitimidade das organizações, como transparência na divulgação de suas demonstrações, participação dos sócios na tomada de decisões, acesso aos dados da organização, projetos em andamento, entre outros. Embora a maioria das ONGs tenham sido criadas para a defesa de questões públicas, representam uma minoria organizada e com inúmeras falhas na administração. Existe ainda uma fragilidade em relação aos mecanismos utilizados para acompanhamento da participação no processo de decisão.

Desta forma, tem-se a definição de terceiro setor conduzindo a análise teórica sobre o nível de divulgação das informações elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos.

2.2. Nível de Divulgação

Para a realização das ações sociais pelas entidades sem fins lucrativos é feita parceria com o Estado, empresas privadas e membros da comunidade. Segundo Barbosa, Oliveira, Freire e Rezende (2014), os motivos que levam a formação destas parcerias podem ser diversos, os mais relevantes são: apoio financeiro, técnico e logístico. Observa-se que parcerias intersetoriais possuem caminho fértil e inovador para a atuação social. No entanto, sua composição e gerenciamento abrem espaço para discussões quanto a administração e transparência destas organizações.

A partir do momento em que entidades do terceiro setor formam essa ligação e recebem recursos por meio de doações e têm como contrapartida a necessidade da gestão adequada desses recursos recebidos, surge a *accountability* para o este setor específico (Piza *et al.*, 2012). *Accountability* se refere a transparência nas ações da entidade, pois os financiadores querem ter a certeza de onde seus repasses foram efetivamente investidos para a realização da atividade.

O tema *accountability* vem sendo amplamente estudado pela gestão pública, focando na responsabilidade, controle, transparência, obrigação de prestação de contas além de justificativas para as ações que realizaram ou deixaram de ser feitas pelas organizações sem fins lucrativos (Milani Filho, 2004). Brito e Perez (2014) verificaram como as organizações do terceiro setor praticam *accountability* e para tanto foram feitas entrevistas com as organizações que atuam na área de assistência social em Santos e que são cadastradas no órgão competente. Após a análise dos dados foi constatado que todas as instituições zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais desenvolvidos junto à comunidade, praticando a *accountability*, através de relatórios, publicação do balanço e demonstrativos financeiros, e de ofícios como forma de agradecimento as doações. No entanto, as práticas de prestação de contas se direcionam mais aos grandes doadores.

As organizações do terceiro setor necessitam prestar contas de suas atividades e resultados para seus diversos usuários que fornecem recursos (Costa, 2005). Com base nisso a pesquisa realizada por Portulhak, Delay e Pacheco (2015) na cidade de Curitiba e região metropolitana, teve por objetivo relacionar a qualidade da prestação de contas e o comportamento individual dos doadores quanto a influência na decisão de prover recursos. Como resultado, observou-se que os doadores utilizam como base para a tomada de decisão a eficiência operacional, a estabilidade e a reputação da entidade, uma vez que, buscam por informações relacionadas a prestação de contas e não as encontram.

Pelo fato do setor ambiental despertar interesse do setor público, a fidedignidade quanto à qualidade na divulgação das informações contábeis vem sendo um fator decisivo para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor. O estudo de Aguiar (2017) verificou a quantidade de informações que podem ser encontradas nos endereços eletrônicos das ONG's que combatem o desmatamento da Amazônia legal, e assim, constataram que a transparência, mesmo sendo um item fundamental para confiabilidade entre ONG's e doadores, apresenta um baixo índice de divulgação. Conclui-se que essas organizações não divulgam informações suficientes que favoreçam a viabilização de novos recursos.

Com intuito de harmonizar as Normas Internacionais de Contabilidade o Comitê de Pronunciamento Contábeis emitiu o CPC 26 R1. Este trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelecendo requisitos gerais, e diretrizes para a estrutura das demonstrações e conteúdo mínimo para divulgação.

Além disso, organizações ambientais são obrigadas a seguir regulamentações específicas no que tange a divulgação de suas demonstrações financeiras e prestação de contas. A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 estabelece procedimentos para a evidenciação clara de informações de natureza social e ambiental, demonstrando a sociedade à sua participação e responsabilidade social aplicando-se a todas as entidades do segundo e terceiro setor.

No estudo realizado por Barbosa *et al.* (2014) as empresas privadas que produzem papel e celulose são obrigadas a seguir o que dispõe a NBCT 15, por atuar em um setor potencialmente poluidor e utilizador de recursos naturais em nível alto. Dessa forma, a pesquisa buscou analisar o nível de divulgação das informações disponibilizadas por estas organizações, relativas à interação da entidade com o meio ambiente, observando o cumprimento da norma. Os resultados encontrados demonstraram que as empresas cumpriram boa parte da NBC T-15, mas as informações relativas aos chamados passivos ambientais, ainda são pouco evidenciadas.

Em comparação com organizações internacionais, Paiva e Carvalho (2018) realizaram a pesquisa “*Accounting and management practices in the third sector in Angola*”. Este estudo relaciona as práticas contábeis com a gestão em organizações do terceiro setor de um país menos desenvolvido. Foram utilizadas informações de associações, organizações católicas e organizações sem fins lucrativos nas províncias da Huíla, Benguela, Huambo e Namibe. Os dados obtidos na pesquisa mostraram uma relação significativa entre o tipo de organização, a divulgação das demonstrações contábeis e o tipo de financiamento obtido nas regiões mais importantes da Angola. Das 63 entidades analisadas, apenas 14 divulgaram suas demonstrações contábeis e destas, apenas 6 publicaram todas as demonstrações obrigatórias, deixando de publicar a Demonstração do Valor Adicionado que é necessária apenas para empresas Brasileiras e de capital aberto.

A partir desta fundamentação, é possível desenvolver a análise dos dados conforme disposto na seção seguinte.

3. METODOLOGIA

Com o objetivo de solucionar a questão de pesquisa, o presente estudo consiste em uma análise qualitativa e quantitativa dos dados. Segundo Cooper e Schindler (2016) a pesquisa qualitativa refere-se a um conjunto de técnicas interpretativas, que buscam atingir entendimento profundo de determinada situação, a pesquisa quantitativa procura fazer uma mensuração precisa de algo.

Desta forma, o método será aplicado em todas as entidades cadastradas no Estado do Paraná conforme Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA, para o biênio 2019/2020. As demonstrações contábeis analisadas foram do período de 2014 a 2018.

Primeiramente, foi realizada uma busca das organizações do terceiro setor no site do Estado do Paraná, para identificar quais entidades estão cadastradas. O site divulga a lista do órgão regulador CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente. Foram identificadas 10 (dez) entidades que se encontram regularmente cadastradas, estas por sua vez devem seguir determinadas exigências para manter a transparência com a comunidade. Mediante os portais eletrônicos das organizações realizou-se uma busca para identificar o nível de divulgação das demonstrações publicadas. As organizações selecionadas estão apresentadas na Quadro nº 1, a seguir:

Nome Empresa	Informações	Sites
ADEMADAN - Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina	Praça Coronel Macedo, 316 – Centro – CEP 83.370-000 - Antonina – PR - (41) 3432-2248 (41) 98423-5503	http://web.ademadan.org.br/blog/na-va-sede/
ARAYARA - Instituto Internacional Arayara	Rua Gaspar Carrilho Junior, 001 Bosque Gutierrez – Vista Alegre - CEP 80.810-210 – Curitiba – PR - (41) 3240-1163 (41) 99886-2605	https://pt-br.facebook.com/arayara.org/
Associação Planeta D'O	Avenida Fredolin Wolf, 641 C5/11 – Pilarzinho – CEP 82.115-000 - Curitiba – PR - (41) 3039-0664 (41) 99886-2605	https://pt-br.facebook.com/ongplanetado/
CEDEA – Centro De Estudos, Defesa e Educação Ambiental	Rua Rockefeller, 706 apto 302-b - Rebouças - CEP 80.230-130 - Curitiba – PR - (41) 3333-3864 (41) 9961-6336	Não possui
GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	Rua Visconde de Guarapuava, 3414 Ed. GERAR - Centro - CEP 80.250-220 - Curitiba – PR - (41) 3039-6599/ramal 218	https://gerar.org.br
Idéia Ambiental - Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza	Rua Piauí, 1559 – Parolin – CEP 80.630-300 - Curitiba – PR - (41) 3015-4525 (41) 98818-8551	Não possui
IPCC - Instituto Pró-Cidadania	Rua Felipe Gubert, 105 – São Cristovão – CEP 83.305-340 - Piraquara – PR - (41) 3040-1500 (41) 99967-1646	http://ipcc.org.br/
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais	Rua Lamenha Lins, 1080 - Rebouças - CEP 80.250-020 - Curitiba – PR - (41) 3013-7185/ (41) 9102-1615	http://www.maternatura.org.br/
PROMOVE – Associação Norte Paranaense de Turismo para Promoção da Inclusão Social e o Desenvolvimento Sustentável	Avenida Brasil, 1783 - Centro - CEP 86.840-000 - Faxinal – PR - (43) 99976-3875	http://promove.org.br/web/
SPVS – Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Rua Victório Viezzer, 651 - Vista Alegre - CEP 80.810-340 - Curitiba – PR - (41) 3094-4600 (41) 3094-4607	http://www.spvs.org.br/

Quadro 1 - Empresas Cadastradas
Fonte: Os Autores (2019)

A análise será realizada considerando as normas dispostas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) também aplicadas para entidades do terceiro setor, sendo elas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e os relatórios auxiliares.

As informações serão tabuladas em uma planilha do Excel empregando a pontuação 0 (zero) para as informações que não são divulgadas e 1 (um) para as que são divulgadas. Desta forma, quanto mais próximo de 1 o resultado maior o nível de divulgação.

Adicionalmente, foram contatadas as entidades para certificação do achado com relação à divulgação das demonstrações. Algumas informaram que, não recebem incentivos governamentais e também de entidades privadas. Mas, não se privaram de enviar as demonstrações a fim de participar da pesquisa. Neste contexto, na próxima seção serão apresentados os dados e confrontados com pesquisas anteriores.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados coletados e tabulados é possível verificar o nível de divulgação das informações contábeis por entidade e por período. Também foi constatado que das 10 entidades cadastradas no Estado do Paraná, apenas 2 publicaram alguma informação em sites de fácil acesso, representando 20% do total. Assim, é possível analisar a preocupação das entidades do terceiro setor em relação à prestação de contas e a transparência para com os doadores.

Conforme mencionado na metodologia, observa-se no Quadro nº 02, o índice apurado com base na pontuação estabelecida.

Empresas	2014	2015	2016	2017	2018	Média
ADEMADAN - Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ARAYARA - Instituto Internacional Arayara	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Associação Planeta D'O	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	0,7	0,8	0,8	0,8	0,0	0,6
IDÉIA AMBIENTAL - Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCC - Instituto Pró-Cidadania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais	0,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,2
PROMOVE – Associação Norte Paranaense de Turismo para Promoção da Inclusão Social e o Desenvolvimento Sustentável	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SPVS – Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0	0,4
					Média Geral	0,1

Quadro 2 - Divulgação das Empresas por ano

Fonte: Os autores (2019)

Constata-se, por meio do Quadro nº 2, que o nível de divulgação, no geral, é baixo, pois o índice encontrado foi mais próximo de 0. No entanto, também há índices intermediários. E, apenas uma empresa, “Gerar”, que possui índice superior a mediana, ou seja, uma média de 0,6 entre 2014 e 2018. A entidade “SPVS” alcançou uma média de 0,4 no mesmo período. Destaca-se que, nenhuma das entidades realizou publicação em 2018. Isso significa que não é atendido os requisitos estabelecidos pelo CPC 26 R1, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelecendo requisitos gerais, e diretrizes para a estrutura das demonstrações e conteúdo mínimo para divulgação.

Adicionalmente a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis dispostas no CPC 26 R1, foi verificada a apresentação do Balanço Social, em razão das ações sociais que constam nesse relatório. O Quadro nº 03, exposto a seguir, demonstra o nível de divulgação por demonstração financeira.

DEMONSTRAÇÕES	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Balanço Patrimonial	0,2	0,2	0,3	0,3	0,0	0,2
Demonstração do Resultado	0,2	0,2	0,3	0,3	0,0	0,2
Demonstração dos Fluxos de Caixa	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Notas Explicativas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Balanço Social	0,2	0,2	0,3	0,3	0,0	0,2
					Média Geral	0,1

Quadro 3 - Divulgação por Demonstração Contábil

Fonte: Os autores (2019)

Observa-se no Quadro nº 3 que a demonstração que foi dada maior enfoque foi o Balanço Patrimonial, seguido da Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Social com índice médio de 0,2. Apenas a entidade “Gerar” publicou a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. E, a demonstração com menor nível de divulgação foram as Notas Explicativas, com nenhuma publicação.

Para maior compreensão e visualização, o Gráfico nº 1 a seguir, apresenta em percentual o nível de divulgação por demonstração financeira.

Nível de Divulgação por Demonstração Financeira

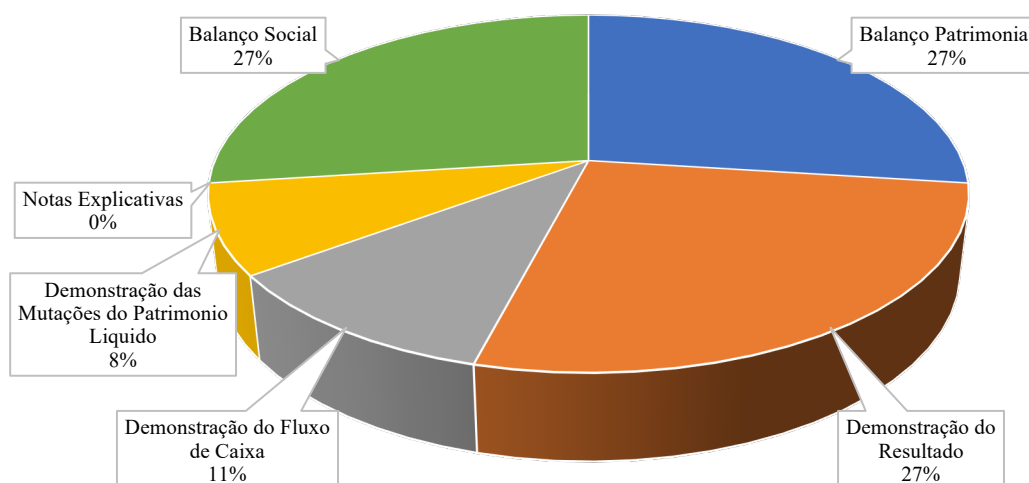


Gráfico 1 - Nível de Divulgação por Demonstração Financeira

Fonte: Os Autores (2019)

No ranking de divulgação das demonstrações contábeis, nota-se que o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Social ocupam as primeiras colocações, pois, apresentam o mesmo percentual de 27%. Na sequência a Demonstração dos Fluxos de Caixa com 11%, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com 8% e, por fim, as Notas Explicativas com 0%. Assim, o nível médio de evidenciação das entidades participantes foi de 12,33%.

Tomando como base o CPC 26, foram realizadas análises para verificar se as 10 entidades pesquisadas divulgam suas demonstrações conforme regras estabelecidas, o Quadro nº 4, a seguir, demonstra o percentual encontrado:

Demonstrações Contábeis - Informação Comparativa				
Check-list - Pronunciamento Técnico CPC 26 e Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19	Valores			
	1		0	
	Obs.	%	Obs.	%
Apresentação de, no mínimo, dois Balanços Patrimoniais com as informações comparativas com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados na demonstração contábil do período corrente.	2	20%	8	80%
Apresentação de, no mínimo, duas Demonstrações do Resultado com as informações comparativas com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados na demonstração contábil do período corrente.	2	20%	8	80%
Apresentação de, no mínimo, duas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido com as informações comparativas com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados na demonstração contábil do período corrente.	1	10%	9	90%

Apresentação de, no mínimo, duas Demonstrações dos Fluxos de Caixa com as informações comparativas com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados na demonstração contábil do período corrente.	1	10%	9	90%
Evidenciação média	1,5	15%	8,5	85%
Obs. = Observações				

Quadro 4 - Informação Comparativa

Fonte: Os autores (2019)

Pode-se observar que o percentual médio de evidenciação é de 15%, sendo que apenas duas das organizações listadas, Gerar e SPVS, divulgam o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício com informações comparativas em relação a períodos anteriores. Para a demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa apenas a empresa Gerar realizou a divulgação.

Comparando o Estado do Paraná com outras regiões brasileiras, a pesquisa realizada por Zittei *et al* (2016) no Rio Grande do Sul, sobre as entidades do terceiro setor, verificou que o nível de divulgação é insignificante, o que vai ao encontro da presente pesquisa, dificultando a transparência das prestações de contas para com os doadores.

Conforme justificado por Portulhak *et al.* (2015) e Aguiar (2017), o baixo índice de divulgação dificulta a tomada de decisões para novos aportes de recursos dos doadores, visto que não tem acesso a prestação de contas e a transparência necessária, buscando outros requisitos administrativos, operacionais e ações sociais como base.

Em contrapartida, estudos realizados no exterior, em países menos desenvolvidos, conforme pesquisa apresentada por Paiva e Carvalho (2018), na Angola a maioria das organizações reconhece a importância da contabilidade e divulga algumas informações financeiras às partes interessadas. Mostraram uma relação significativa entre o tipo de organização, a divulgação das demonstrações contábeis e o tipo de financiamento obtido nas regiões mais importantes da Angola. O percentual de divulgação encontrado foi baixo, representando aproximadamente 22%, considerando que, destas instituições, o resultado foi de 42% que divulgaram todas as demonstrações obrigatórias.

O resultado obtido via contato telefônico com as instituições objeto de estudo constatou-se que das 10 instituições pesquisadas, 6 delas disseram que não divulgam, pois não estão recebendo incentivos, as 4 restantes não atenderam ou responderam aos e-mails enviados. Pressupõe-se que a falta de divulgação das informações seja decorrente da independência financeira.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo, objetivou identificar o nível de divulgação das informações contábeis no terceiro setor, de entidades do seguimento ambiental cadastradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA do Paraná no período de 2014 a 2018. Foram efetuadas buscas pelas informações nos endereços eletrônicos disponibilizados pelas 10 instituições participantes, além de contato via telefone e e-mail. Os dados coletados foram analisados e comparados com o CPC 26 R1, para verificar o cumprimento das exigências estabelecidas, além do nível de transparência das entidades para com os usuários da informação e principalmente os doadores.

Conclui-se que o nível médio de evidenciação das entidades participantes foi de 12,33%, um índice considerado baixo, que pode ser resultado da falta de interesse por essas entidades na prestação de contas e transparência desse setor, o que dificulta a tomada de decisões para o ingresso de aportes por novos doadores. Outra razão é a forma de financiamento

de suas atividades, ou seja, a maioria das entidades contatadas não recebem doações por parte do Estado, são financiadas com as próprias atividades e ações sociais.

Para uma mudança no desempenho das entidades em relação a prestação de contas e divulgação das demonstrações contábeis obrigatórias, é importante que os órgãos públicos responsáveis pela transparência das informações do terceiro setor cobrem informações mais detalhadas, abrangendo todos os requisitos do CPC 26 R1.

Os resultados desta pesquisa não devem ser generalizados em razão do número reduzido da amostra selecionada. Recomenda-se, portanto, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra e a pesquisa junto às entidades a fim de identificar quais os meios utilizados por elas para prestação de contas junto à comunidade.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Alana Gomes (2017). Terceiro Setor: grau de transparência das ONGs voltadas para o desmatamento da Amazônia. Brasília, DF.

Barbieri, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2006.

Barbosa, Eliedna de Sousa, Oliveira, Ádria Tayllo Alves, Freire, Roseane Patrícia de Araújo Silva & Rezende, Isabelle Carlos Campos (2014). Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, 4(1), 19-41.

Brito, Thamires da Silva & Perez, Olívia Cristina (2014). Accountability nas organizações do terceiro setor. Pensamento & Realidade, 29(4), 99-116.

Comitê de Pronunciamento Contábil. CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 08 de maio 2019.

Cooper, Donald R & Schindler Pamela S. (2016). Métodos de Pesquisa em Administração. 12. ed. São Paulo: Editora AMGH.

Costa, Selma Frossard (2005). O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR. Serviço Social em revista, Londrina, v. 7, n. 2, jan./jun.

Cruz Cunha, José Humberto da. & Matias-Pereira, José (2012). Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. Revista Contemporânea de Contabilidade, 9(18), 83-102. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n18p83>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/06/2019.

Magalhães, Ósia Alexandrina V., Milani, Carlos, Siqueira, Tacilla, & Aguiar, Vicente Macêdo de. (2006). (Re)Definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. Cadernos EBAPE.BR, 4(2), 01-17. <https://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512006000200007>.

Marques, Daniel Siqueira Pitta, Merlo, Edgard Monforte, & Nagano, M. S. (2005). A questão da avaliação da legitimidade de ONGs. Caderno de Pesquisas em Administração, 12(2), 67-84.

Milani Filho, Marco Antonio F. (2004). A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo:

Universidade de São Paulo.

Paiva, Inna & Carvalho, Luisa. (2018). Accounting and Management Practices in the Third Sector in Angola. *Economics & Sociology*. 11. 28-42. 10.14254/2071-789X.2018/11-3/2.

Piza, Silvio Calazans de Toledo, Parisi, Cláudio, Megliorini, Evandir & Gallo, Mauro Fernando (2012). A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 78-97.

Portulhak, Henrique, Delay, Albino João & Pacheco, Vicente (2015). Prestação de Contas por Entidades do Terceiro Setor e seus Impactos na Obtenção de Recursos: um Olhar Sobre o Comportamento dos Doadores Individuais. *Pensar Contábil*, 17(64), 39-47.

Silveira, Douglas da, & Borba, José Alonso. (2010). Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, 21(1), 41-68.

Zittei, Marcus & Politelo, Leandro & Scarpin, Jorge. (2016). Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. *Administração Pública e Gestão Social*. 1. 10.21118/apgs.v1i2.892.

Weisbrod, B. (1998). Guest Editor's Introduction: The Nonprofit Mission and Its Financing. *Journal of Policy Analysis and Management*, 17(2), 165-174. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3325655>